

O CENTRO DA CIDADE NO CONTEXTO DA ESTRUTURA(ÇÃO) URBANA: CONSIDERAÇÕES ACERCA DA "TEORIA URBANA CONVENCIONAL" E DA "TEORIA CRÍTICA URBANA"

THE CITY CENTER IN THE STRUCTURE(ING) URBAN CONTEXT: CONSIDERATIONS ABOUT "CONVENTIONAL URBAN THEORY" AND "CRITICAL URBAN THEORY"

Cláudio Smalley Soares Pereira

¹ Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho" (UNESP), Presidente Prudente, SP, Brasil

Correspondência para: Cláudio Smalley Soares (clasmalley@hotmail.com)

doi: 10.12957/geouerj.2017.25816

Recebido em: 27 set. 2016 | Aceito em: 14 set 2017



RESUMO

O presente artigo debate as noções de centro da cidade e centralidade no âmbito do estudo da estrutura(ção) urbana. Discutem-se tais noções nas perspectivas da "teoria/ciência urbana convencional", juntamente com as suas contribuições para o estudo da cidade e do espaço urbano, e a contribuição da "teoria/ciência crítica urbana", enfocando com maior detalhe as contribuições de Henri Lefebvre e Manuel Castells sobre o tema em tela. Por fim, encerra-se com algumas reflexões em torno do papel da "teoria crítica urbana" na atualidade.

Palavras-chave: centro da cidade, centralidade, estrutura, estruturacão, teoria urbana

ABSTRACT

This paper discusses city center notions and also the centrality process in the structure(ing) study context. Considers such notions in the "conventional urban theory science" perspective along with his contributions to the city and the urban space study, and about the "critical urban theory/science" contribution, focusing in more detail the Henri Lefebvre and Manuel Castells contributions on the subject on screen. Finally, closes with some thoughts about the role of "urban critical theory" today.

Keywords: city center, centrality, structure, structuration, urban theory

INTRODUÇÃO

As transformações das cidades, suas relações com o processo de industrialização, as inovações tecnológicas, os meios de transportes, os espaços de moradia e as influências dos contextos econômicos e políticos mais amplos, são estudados por uma miríade de pesquisadores das mais diversas orientações teóricas, filosóficas e políticas.

O tema da estrutura urbana, sobre o qual nos debruçaremos, já é consolidado no âmbito do que tem sido considerado como Estudos Urbanos. Diversos autores contribuíram para a consolidação deste temário no campo dos estudos sobre a cidade e o urbano, bem como da produção do espaço urbano. O mesmo pode ser dito a despeito do centro e da centralidade urbana, que sendo um tema consolidado nos

estudos urbanos, ainda inquieta os pesquisadores de diversas matrizes de pensamento. Afinal, como certa vez disse Henri Lefebvre, “a questão da centralidade não é das mais fáceis” (LEFEBVRE, 2008c, p. 124 – grifos do autor).

De uma maneira mais objetiva, grosso modo, podem ser distinguidas duas perspectivas de entendimento da cidade que acarretaram interpretações sobre os mais diversos temas e objet(iv)os quando o assunto é o espaço urbano, ainda que muito variadas dependendo de cada autor. Segundo Brenner (2010), podem ser constatadas no âmbito da teoria urbana duas correntes¹ que influenciaram os estudos urbanos:

- a) A “teoria urbana dominante”, segundo a qual a cidade é uma expressão de leis trans-históricas da organização social, de eficiência econômica e racionalidade burocrática, herdadas da sociologia urbana da Escola de Chicago, vale dizer, também, de seu organicismo social, e de normas tecnocráticas neoliberais;
- b) A “teoria crítica urbana”, que “dá ênfase ao caráter político e ideologicamente mediado, contestado socialmente e, portanto, maleável, do espaço urbano, ou seja, sua (re)construção contínua como lugar, meio e resultado de relações de poder sócio-historicamente específicas” (BRENNER, 2010, p. 21).

Esta distinção aparece de uma forma ou de outra nas disciplinas e nos autores que se preocuparam com o estudo da cidade. Kozen (2011) se refere à passagem de um “paradigma ecológico” a um “paradigma socioespacial”, enquanto Farret (1985), ao tratar do estudo da estruturação do espaço residencial intra-urbano, constata a existência do que ele qualificou como: a) o paradigma do equilíbrio, que consiste em dois enfoques: i) o ecológico, que é essencialmente descritivo e baseado nos princípios do “darwinismo social”. Não é a toa que para o eminente Robert Park, considerado um dos fundadores desta perspectiva, a cidade era um “fenômeno natural” (PARK, 1999); ii) o neoclássico, subdividido

¹ Correntes ou escolas de pensamento são tomadas aqui segundo a acepção de Topalov (2007), como tradições científicas que compõem conjuntos de referências e ferramentas para estudiosos.

em uma abordagem econômica e outra não-econômica, que tinha como foco específico o comportamento dos indivíduos, firmas e instituições públicas; b) o paradigma do conflito, baseado nos enfoques weberiano e marxista, que levaram em conta o mercado imobiliário, os agentes e os grupos, e também o Estado na estruturação do espaço urbano.

Gottdiener (2010), por sua vez, aprofundou-se mais na questão e buscando entender a produção social do espaço urbano, constatou a existência de sete abordagens no âmbito do que ele chamou de “ciência urbana”: a ecologia, a economia e geografia urbanas, que ainda diferenciadas entre si, compartilhavam de uma mesma matriz de entendimento da cidade e do espaço, tendo como problemática básica a distribuição e a diferenciação funcional ². Esta concepção configura que ele chamou de “ciência urbana convencional” ou ainda o “paradigma da sociologia/ecologia urbana tradicional”. Por outro lado, o estruturalismo marxista, a economia política urbana, o neoweberianismo e a perspectiva de produção do espaço, se constituíram como alternativas ao paradigma convencional da ciência urbana, podendo ser qualificada, ainda que vagamente, como “nova sociologia urbana” (GOTTDIENER; FEAGIN, 1989), ou talvez de forma mais precisa “teoria crítica urbana”, como prefere Brenner (2010)³.

Este breve resumo do escopo teórico serve de parâmetro para a discussão que realizaremos nos próximos tópicos. Com o objetivo de analisar o papel do centro da cidade e da centralidade no âmbito da estrutura(ção) urbana, o texto está organizado em duas seções além desta introdução e das considerações finais. Na primeira seção, analisamos o centro e a estrutura urbana na “ciência urbana convencional”, expondo as principais teorias da estrutura urbana e suas limitações; enquanto que na seção seguinte, são analisadas as relações entre centro e estrutura no âmbito da “teoria crítica urbana”.

Centro e estrutura na “Ciência Urbana Convencional”

² Como afirmou Gottdiener (2010, p. 36) “a ecologia inicial da Escola de Chicago era, num sentido real, uma fusão das três áreas”.

³ Brenner (2010) tem como base a Teoria Crítica formulada pela Escola de Frankfurt, mas não busca uma análise das correntes de “pensamento urbano”. De forma geral, são citados como exemplos os trabalhos desenvolvidos por Henri Lefebvre, Manuel Castells, David Harvey e Peter Marcuse.

A concepção de estrutura na Escola de Chicago ⁴ faz parte de um conjunto conceitual que envolve uma gama variada de definições interligadas (distribuição ecológica, unidade ecológica, mobilidade e fluidez, distância, fatores ecológicos e processos ecológicos) que visavam estudar “os processos de mudança, a fim de descobrir os princípios de sua operação e a natureza das forças que o produzem” (McKENZIE, 2005 [1926]). Segundo McKenzie (2005, p. 553).

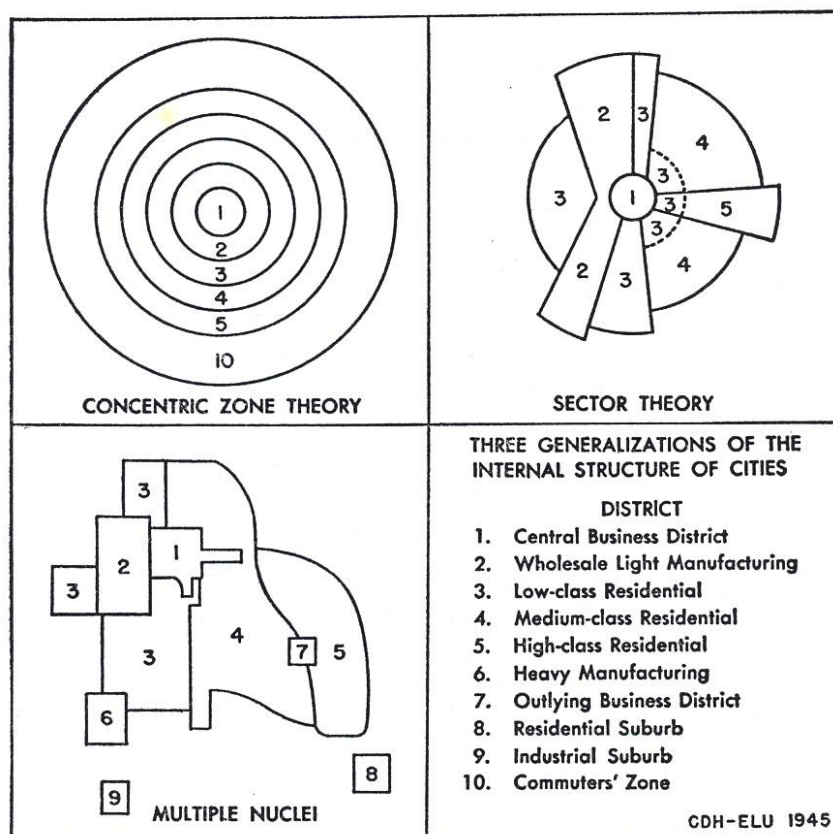
Os processos ecológicos operam sempre dentro de uma base estrutural mais ou menos rígida. A relativa fixidez espacial da estrada e do estabelecimento, fornece a base pela qual funcionam os processos ecológicos. O fato da locomoção dos homens e dos produtos seguir por canais de significação espacial bastante fixa, fornece um alicerce estrutural para as relações humanas espaciais, o que não se dá no caso das comunidades das plantas e dos animais.

A estrutura da cidade, então, é entendida como “um produto da interação competitiva entre pessoas, as facilidades do mercado, as agências de transporte e de comunicação, os tipos de funções exercidas e a sua localização” (HOLLINGSHEAD, 1948 [1939], p. 252). A cidade é observada pelos padrões de uso do solo urbano que podem ser verificados em cada uma das “teorias”, e sua concepção de estrutura se dá mais no plano de suporte espacial de atividades, às vezes parecendo sinônimo de infra-estrutura, sobretudo a de transporte.

Três teorias se destacam nesta perspectiva da ciência urbana convencional. Todas elas, de uma forma mais ou menos explícita, enfocam na generalização de um modelo de estrutura interna da cidade (figura 1) o papel/função do centro da cidade⁵. Uma breve síntese destas teorias faz-se necessária.

⁴ Não tomamos aqui a “Escola de Chicago” com pretensões de compreendê-la na sua essência. Contudo, é importante lembrar que tal “escola” não é homogênea, com constatou Gottdiener (2010), e que existe uma interessante discussão sobre o “historicismo reflexivo” da “Escola de Chicago” na sociologia (TOPALOV, 2007).

⁵ Cabe mencionar aqui que centro de/da cidade na acepção da Escola de Chicago (mas não só dela, também no âmbito de uma perspectiva dos estudos urbanos de vinculação norte-americana) é o C.B.D (Central Business District). Compartilhamos da ideia de Labasse (1970) de que o C.B.D é compreendido mais como um espaço em que a funcionalidade é excessiva, um espaço de negócios por excelência, onde o prestígio se confunde com a riqueza, o poder e o espírito de competição. Difere, então do centre-ville dos franceses e do centro das cidades brasileiras, ainda que em muitos casos ele seja analisado a partir de métodos originados para o estudo do C.B.D.



Generalizations of internal structure of cities. The concentric-zone theory is a generalization for all cities. The arrangement of the sectors in the sector theory varies from city to city. The diagram for multiple nuclei represents one possible pattern among innumerable variations.

Figura 1. Os modelos de estrutura urbana da Escola de Chicago

Fonte: Harris e Ullman (1959 [1945], p.281).

Os círculos concêntricos de Ernest Burgess

No modelo dos círculos concêntricos, proposto por Burgess (1948 [1926]), o C.B.D (Central Business District) tem um papel fundamental. A construção ideal proposta pelo autor para entender as tendências de expansão das cidades a partir do exemplo de Chicago (E.U.A) estaria dividida da seguinte maneira:

Circulando a área central [C.B.D, ou Zona Central de Comércio] há normalmente uma zona de transição, que está sendo invadida pelo comércio e pela manufatura leve (II). Uma terceira zona (III) é habitada pelos trabalhadores das indústrias que fugiram da área de decadência (II), mas que desejam viver em ponto de fácil acesso ao seu trabalho. Além desta zona, acha-se a zona residencial (IV) de prédios e apartamentos de alta classe ou de seções “restritas” de moradias isoladas de uma só família. Mais longes dos limites políticos da cidade, acha-se a zona de commuters – áreas suburbanas ou cidades satélites onde residem os commuters, que cada dia útil vão ao centro de manhã para trabalhar e voltam à noite – dentro de trinta ou sessenta minutos de viagem da zona central de comércio (BURGESS, 1948, p. 356).

Este modelo de estrutura urbana tinha, segundo Gottdiener (2010), a centralidade como noção essencial. Como o autor constatou, no modelo de Burgess “o centro da cidade, por força dessa posição, e como resultado de um processo histórico de aglomeração, dominava a competição espacial em torno dele” (GOTTDIENER, 2010, p. 40). Por concentrar a maior parcela de “lojas de secções”, arranha-céus de escritórios, hotéis, estrada de ferro, museus de artes, teatros, a Prefeitura, e ser a área para onde convergem o transporte local, o centro e sua centralidade eram fundamentais, ainda que “centros satélites” e subcentros comerciais já aparecessem afastados do centro devido a um processo anatômico e complementar de concentração e descentralização (BURGESS, 1948)..

O modelo dos setores de Homer Hoyt

No final da década e 1930, Hoyt (1939) propôs um modelo de estrutura urbana que era diferente daquele de Burgess, mas não tão diferente assim. Sua proposta tinha uma finalidade muito clara: a estimação do crescimento das áreas residenciais periféricas e não “la análisis de la estructura total de la ciudad norteamericana” (JOHNSON, 1980, p. 238). Talvez por isso o centro da cidade não aparece de maneira muito destacada no seu modelo.

Pelo fato de dar um maior destaque aos setores residenciais que se expandiam juntamente com a expansão territorial da cidade, Hoyt observou que os contratos de usos do solo no centro se perpetuavam com o crescimento da cidade. Como sintetizou Johnson (1974, p. 234), “los sectores de utilización del suelo tenían tendencia a crecer a partir del centro, siguiendo a menudo los principales ejes de transporte”, ou seja, “o crescimento, ao longo de um determinado eixo de transporte, caracteriza-se geralmente por tipos similares de uso da terra” (HARRIS; ULLMAN, 2005 [1945], p. 158).

Conforme ressaltaram Harris e Ullman (2005), a teoria dos setores de Hoyt considerava a cidade inteira como um círculo, e os setores se irradiavam para diversas áreas a partir do centro em direção às periferias. Por isso, conforme Johnson (1974), a teoria de Hoyt, mais do que ser diferente da de Burgess é, ela mesma, um aperfeiçoamento desta. Nos setores, os usos da terra (ou usos do solo

urbano) migraram para a parte externa, mas sempre seguindo na mesma direção e no mesmo quadrante. Assim, em uma determinada área residencial no quadrante leste, ou sul, por exemplo, novas residências seriam produzidas se periferizando cada vez mais, sem, contudo, mudarem de quadrante. Ou seja, continuariam nos quadrantes nos quais as moradias e residências estavam anteriormente. Harris e Ullman (2005) ainda lembram que o modelo de Hoyt poderia ser aplicado tanto no contexto de residências de luxo como de moradias populares.

O modelo dos múltiplos núcleos de Chauncy Harris e Edward Ullman

A terceira teoria da estrutura urbana que constitui a ciência urbana convencional é conhecida como a dos “múltiplos núcleos”. Harris e Ullman partiram do questionamento das teorias anteriores. Eles partem da análise de três tipos de suporte urbano (cidades como lugares centrais, cidades como focos de transporte e pontos de mudança de transporte, e a cidade como ponto de concentração de serviços especializados) para em seguida entrarem na discussão da “estrutura interna da cidade”, analisando, também os dois modelos de uso da terra expostos anteriormente. O ponto de partida, após a análise dos modelos de Burgess e Hoyt, é a afirmação, posta a prova posteriormente, segundo a qual “em muitas cidades, o padrão de uso da terra não é estabelecido em torno de um centro único, e sim em torno de diversos núcleos separados” (HARRIS; ULLMAN, 2005, p. 158).

Para eles, estes padrões de usos da terra que conformam uma estrutura interna da cidade com múltiplos núcleos se originam de duas formas: a) os núcleos existem desde as origens de uma determinada cidade; ou b) estes núcleos se desenvolveram na medida em que a cidade se expandiu, estimulando a especialização. No primeiro caso, os autores citam como exemplo Londres, e no segundo Chicago. Os múltiplos núcleos nas cidades seriam então: o C.B.D; o Distrito Atacadista e das Indústrias Leves; o Distrito de Indústria Pesada; os Distritos Residenciais e por fim os Subúrbios e Satélites. Estes núcleos diversos podem variar no que tange aos seus surgimentos, dependendo da história particular de cada cidade. Ainda segundo os autores, a maioria das cidades apresenta uma combinação destes três padrões de uso da terra (HARRIS; ULLMAN, 2005).

Neste modelo o C.B.D tem a mesma característica que no modelo de Burgess no que se refere à concentração do comércio varejista, entroncamento de transportes e o de mais fácil acesso de todas as partes da cidade, mas dele difere porque o C.B.D “não se encontra mais no centro da cidade” (HARRIS; ULLMAN, 2005, p. 160), tendo “migrado” para outras áreas. Há, portanto, uma separação entre o centro da cidade e o C.B.D, algo que não aparece nas teorias anteriores.

Uma avaliação crítica dos modelos e o centro da cidade

Muitas críticas foram feitas aos modelos da ciência urbana convencional, tanto do ponto de vista dos seus conceitos, quanto das questões que nortearam as pesquisas, suas principais teorias e suposições tácitas (GOTTDIENNER; FEAGIN, 1989). Castells (2000), por exemplo, que foi um dos seus principais críticos, acusou-a de “narrar um mito”, uma “ideologia urbana”, atacando a “interpretação em termos de evolução natural, de onde está ausente a divisão em classes antagônicas” (CASTELLS, 2000, p. 138). Importa, do enorme conjunto de elementos críticos direcionados a esta perspectiva, que a busca do equilíbrio, as metodologias individualistas que estudam a ação, mas desconsideram os processos estruturais, bem como o desenvolvimento da sociedade através da “adaptação biótica”, o determinismo tecnológico e a crença de que a mudança vem do exterior são, dentre outras, aspectos deste paradigma da ciência urbana (GOTTDIENNER; FEAGIN, 1989; GOTTDIENER, 2010; FARRET, 1985). Corrobora esta crítica a afirmação de Park que “a cidade é uma unidade urbanizada externamente no espaço produzido por suas próprias leis” (apud GOTTDIENER, 2010, p. 66). Além disso, vale destacar o grande peso descritivo nestas abordagens, mesmo elas sendo, de certo modo, uma mais avançada e complementar que a outra. Ou seja, de modo geral “a zona concêntrica, o núcleo múltiplo e as ‘teorias setoriais’ nada mais são do que descrições generalizadas de padrões de uso do espaço urbano” (HARVEY, 1980, p. 137).

Quanto ao centro da cidade (e a centralidade) os próprios Harris e Ullman constataram que tanto a teoria concêntrica quanto o padrão referente aos setores, “pressupõe (embora não explicitamente) que existe um único centro urbano, a partir do qual o uso da terra está disposto simetricamente, seja em padrões concêntricos ou radiais” (HARRIS; ULLMAN, 2005, p. 153). É justamente esta estrutura

monocêntrica que os múltiplos núcleos tentam refutar, na medida em que percebem que a estrutura policêntrica é a que já prevalecia nas cidades norte-americanas, ou pelo menos que começava a prevalecer.

Possivelmente, este é o primeiro modelo que enfoca uma estrutura urbana policêntrica, o que consubstancia uma hierarquia de centros comerciais no interior da cidade (JOHNSON, 1974), ainda que o modelo de Burgess já tratasse da existência de subcentros comerciais que se originavam distantes do C.B.D. Contudo, é preciso reconhecer que a realidade urbana a qual Burgess se deparou em 1926 é diferente da que Harris e Ullman analisaram em 1945, tendo, entre cada uma das teorias, um intervalo de vinte anos. O exemplo é o próprio processo de suburbanização que se ampliava, o surgimento e ampliação dos shopping centers, isto é, um espaço urbano mais complexo daquele que serviu de “laboratório” para Burgess. A pedra angular do pensamento urbano convencional (e aqui se trata tanto no âmbito da ecologia, da economia e da geografia urbanas) no que se refere a estrutura da cidade era o conceito de “predominância” referente ao centro e à centralidade. Este conceito, uma vez derrubado devido a constatação empírica de estruturas policêntricas e de um espaço urbano mais complexo foi “ultrapassado conforme as transformações espaciais ocorridas pelo menos nos últimos trinta anos” (GOTTDIENNER, 2010, p. 52)⁶.

Vale ressaltar, ainda, que a reestruturação do centro da cidade, isto é, suas mudanças em decorrência de uma maior complexificação do espaço urbano, é explicada pelos ecologistas como uma consequência do crescimento da população e da crescente complexidade funcional da sociedade. Assim, neste contexto, o centro da cidade se especializaria, com a concentração das funções administrativas e de coordenação, o que “modifica[ria] a natureza do centro” (GOTTDIENER; FEAGIN, 1989, p. 51). Deste modo, os sociólogos tradicionais – e vale dizer, as correntes que dela se nutriram como a escola de geógrafos urbanos de Chicago que passaram a se fundamentar em técnicas matemáticas e estatísticas na ecologia fatorial – negligenciaram:

- a) o papel da economia global;
- b) as remunerações da força de trabalho seguindo as localizações das indústrias e dos serviços;

⁶ É preciso recordar que o livro de Mark Gottdiener foi escrito em 1985.

- c) o papel do Estado; e
- d) os agentes que representam posições de classe diferentes (GOTTDIENER; FEAGIN, 1989).

Centro e estrutura(ção) na “Ciência Crítica Urbana”

Diferente da ciência urbana convencional com o paradigma ecológico, a “teoria crítica urbana” envolve uma crítica à ideologia dominante, do poder, das injustiças e das desigualdades e explorações existentes tanto nas cidades como entre elas, e “insiste que outra forma de urbanização, mais democrática, socialmente justa e sustentável, é possível” (BRENNER, 2010, p. 21).

Esta perspectiva crítica da ciência urbana tem como marco a tradição de esquerda pós-1968 de estudos críticos urbanos radicais (BRENNER, 2010), com destaque para o movimento intelectual que passou a ser conhecido como “escola francesa de sociologia” (TOPALOV, 1988)⁷, que teve como fundamento real as transformações espaciais provocadas pela crise do capitalismo nos anos de 1970, período do “fim” do fordismo e da emergência da “acumulação flexível” (HARVEY, 2008a [1989]), que foi responsável “pela reorganização das estruturas espaciais urbanas e das relações entre as cidades no sistema urbano” (GOTTDIENER, 1990, p. 59).

Com base nesta perspectiva, a ideia de estrutura é modificada a partir de outras matrizes teórico-conceituais e com base em evidências empíricas. Deixando de ser fruto de processos ecológicos de competição e adaptação funcional e biótica como na “ciência urbana convencional”, a estrutura urbana passou a ser entendida como resultado de conflitos sociais, de classes, em que atuam os mais variados agentes na produção do espaço urbano em articulação entre processos e dinâmicas locais com escalas mais amplas (multiescalar), envolvendo a dimensão econômica, política, social, cultural e suas espacialidades (HARVEY, 1980; CASTELLS, 2000; GOTTDIENER, 2010; GOTTDIENER; FEAGIN, 1989; LEFEBVRE, 2013 [1974]; SOJA, 1993 [1989]).

⁷ Como o próprio Totalov (1988) afirmou, esse movimento surgiu na conjuntura dos anos 1960 na França

Por meio do pensamento histórico a estrutura é mais bem entendida. Tendo isso em vista, Lefebvre (1967, p. 89-90) argumenta que “formas e estruturas se fazem e se desfazem, se dissolvem ou se quebram. Coloca no mesmo plano, no tempo, a formação das estruturas (estruturação) e sua desapareição (desestruturação)”. Gurvitch (1967, p. 110) segue na mesma direção, ao afirmar que a estrutura “está envolvida por um movimento perpétuo de desestruturação e reestruturação porque é um aspecto da sociedade em atuação que, enquanto ‘obra’, não pode subsistir sem a intervenção da ‘ação’”. Esse pensamento sobre o processo de estruturação fundamenta a reflexão sobre a cidade.

Assim, o prefixo “ção” agrega à palavra estrutura uma ideia de “movimento contínuo, múltiplo e contraditório” (SPOSITO, 2004), ou em outras palavras, a ideia de processo (social), diferente dos processos ecológicos. Neste sentido é que Lefebvre (2008a, p. 60) ao discutir as continuidades-descontinuidades urbanas afirma que “desestruturações e reestruturações se sucedem no tempo e no espaço, sempre traduzidas para a prática, inscritas no prático sensível, escritas no texto urbano, mas provenientes de outro lugar: da história, do devenir”.

Assim, pensar a estrutura urbana no âmbito de um pensamento urbano crítico requer estar ciente de que a cidade é produzida por agentes sociais e sujeitos coletivos, e que as suas diversas partes que compõem um mosaico de usos do solo não são isolados e não são resultados de uma “mão invisível”, ou mesmo de fatores naturais (processos ecológicos). Mais que isso, é pensar que a estrutura urbana é uma totalidade – como a cidade de fato o é – em que suas partes estão em constante relação – não no sentido fetichizado de que as estruturas se relacionam por si, independentemente e de forma autônoma, mas postas por meio dos papéis desempenhados e dos significados e importâncias para os cidadãos – e a alteração significativa de um elemento da estrutura urbana altera, por conseguinte e de alguma forma ou grau, os demais elementos.

Não é possível pensar, seguindo esta orientação, a estrutura urbana apenas como a coleção de áreas diferenciadas de acordo com o uso do solo e funcionalmente. Se considerarmos o centro da cidade, os subcentros, as áreas residenciais (segregadas e autossegregadas) e industriais como elementos da estrutura urbana, como sugere Villaça (2009), as transformações no centro da cidade, ou a criação de

uma área residencial popular por parte de um programa governamental na periferia, ou ainda a instalação de uma indústria, modifica a dinâmica da cidade, altera sua estrutura, ainda que minimamente. Por isso que o uso da expressão “estruturação” faz todo sentido aqui, uma vez que indica, como escrito acima, processo social, ou melhor, socioespacial. Em síntese, podemos dizer junto com Lefebvre (1967) que é o devir histórico, então, que relativiza a estabilidade das estruturas urbanas, isto é, as (des[re]) estruturam. Dito de outra forma, a estrutura urbana é sempre um “equilíbrio precário e momentâneo”, um “equilíbrio sempre a se refazer [...] [e] a história aparece assim como fundamento das estruturas” (LEFEBVRE, 1967, p. 102).

A ideia de estruturação suscita, também, reconhecer processos que em determinados períodos são mais amplos e profundos, alterando significativamente a estruturação urbana e da cidade⁸. Neste caso, o emprego do termo “reestruturação” faz-se necessário (SPOSITO, 2004). O uso, de certo modo, despropositado da “reestruturação” para qualquer alteração no espaço urbano suscitou uma reflexão crítica por parte de Villaça (2009). Para ele

Constantemente se usa o termo reestruturação para qualquer alteração do espaço urbano, sem maiores preocupações com os elementos espaciais da estrutura e com as relações existentes entre eles. *O simples registro de transformações espaciais não é suficiente para caracterizar a estruturação ou a reestruturação.* É preciso mostrar como mudanças em um elemento da estrutura provocam mudanças em outros elementos (VILLAÇA, 2009, p. 13 – grifos nosso).

Esta queixa, ainda que seja direcionada a estudos recentes, pode ser transposta, sem prejuízo algum, para os autores da teoria urbana convencional. Entretanto, é preciso ter cautela a respeito dessa afirmação. O que Villaça escreve é verdadeiro em parte, vejamos. Primeiramente o autor não mostra a diferença entre estruturação e reestruturação, nem de transformação e estruturação. Essas expressões são correlacionadas pelo autor, que não as diferencia. Nas palavras do mesmo, “a estruturação intra-urbana é um processo lento, que deve ser focalizado em termos de muitas décadas” (VILLAÇA, 2009, p. 286).

⁸ Ainda que não seja nosso objetivo, importa lembrar que ao utilizar de “estruturação” e “reestruturação”, Sposito (2004, 2007) introduz os conceitos de “cidade” e “urbano” visando qualificar metodologicamente os processos do ponto e vista da escala geográfica. Assim, “estruturação/reestruturação da cidade” referir-se-iam ao espaço urbano, enquanto “estruturação/reestruturação urbana” referir-se-iam à escala da rede urbana.

Entretanto, nessas muitas décadas, várias transformações são produzidas na cidade ou em alguma cidade particular. Essas transformações seriam o que, se não o próprio processo de estruturação urbana, ou ainda mais precisamente, parte dele? Ou seja, na medida em que a cidade é produzida, que se expande para a periferia, que se fazem novos usos nos espaços urbanos, ela está sendo transformada e, por conseguinte, estruturada; há aí um processo de estruturação espacial da cidade. Por exemplo, uma praça ou um parque público que é inaugurado, ou a chegada da energia elétrica na cidade, são exemplos de transformações espaciais que denunciam o processo de estruturação urbana. A cidade está sendo estruturada, estão sendo produzidos o centro principal, as áreas residenciais, as áreas industriais e etc. Não obstante, nesse exemplo, não há reestruturação, uma vez que os elementos da estrutura urbana não são redimensionados em sua natureza e importância, como ocorre, por exemplo, com a chegada de um empreendimento como um shopping center ou um hipermercado instalado numa “periferia”, que modifica – às vezes por completo, às vezes em parte – a estrutura urbana precedente.

Corretamente Villaça afirma que transformações não podem ser confundidas com reestruturações. Contudo, as transformações, as alterações e as mudanças na morfologia urbana são expressões de um processo de estruturação do espaço urbano, embora não seja necessariamente um processo de reestruturação. Se assim não for, somos incumbidos a pensar que a cidade passa por transformações – como a renovação do centro das cidades ou mesmo a destruição e substituição do quadro imobiliário colonial, como Villaça se refere (2009, p. 33) –, mas que essas transformações não fazem parte do processo de estruturação urbana, como se fossem resíduos que não provocariam mudanças na totalidade da cidade. Se a estruturação urbana não se dá por meio de transformações, alterações e mudanças, tanto no arranjo espacial dos usos dos solos, como pelas desestruturações, quando há a “destruição de formas pela negação de usos de solo urbano antes existentes ou pela total ausência deles em parcelas dos espaços urbanos que, anteriormente, tiveram funções econômicas e/ou importantes papéis simbólicos” (SPOSITO, 2004, p. 312), o que de fato, então, promoveria a estruturação do espaço urbano? Seriam apenas os deslocamentos do ser humano enquanto portador de força de trabalho ou enquanto consumidor, como o autor propõe?

O questionamento de Villaça (2009) é pertinente, mas ele se equivoca em alguns momentos devido a uma ausência de explicação de alguns conceitos usados.

Os pensadores vinculados à teoria crítica urbana, ainda que divergindo entre si, parecem ter rejeitado a ideia de propor um modelo de estrutura urbana, isto porque o que mais interessava (e ainda interessa, podemos dizer) são os agentes, os processos e as escalas que continuamente (re)produzem a cidade. Isto significa dizer que não encontramos em nenhum autor desta perspectiva uma tentativa de teorizar a estrutura urbana? Não. Significa, por outro lado, que os autores vinculados a ela procuraram, antes de tudo, teorizações que tivessem como principal objetivo explicar a transformação da cidade e o processo de urbanização. É neste sentido que o centro e a centralidade figuram nas reflexões de alguns destes pensadores.

Neste momento é necessário tencionar mais o diálogo com Gottdiener (2010), que consideramos o principal autor a buscar o que poderíamos chamar de uma “genealogia da teoria urbana”, e justamente por isso, o seu trabalho instiga algumas reflexões críticas. Um aspecto, do nosso ponto de vista, pode ser ressaltado, e é direcionado com a tentativa de entender o que ele não se propôs a analisar. Noutros termos, mais do que levantar questões sobre o que o autor se propôs a fazer – por exemplo, se se equivocou ou não ao interpretar um determinado autor e/ou processo –, o aspecto abaixo faz referência ao que escapou da sua análise. E este ponto, que pode até parecer de certa forma cômoda, visto que é uma avaliação do que não foi realizado em vez do que foi realizado, é, ao contrário, uma tentativa de clarear o debate e mostrar que a análise de Gottdiener (2010) sobre a questão da teoria urbana carece de algumas complementaridades que escaparam do seu olhar crítico.

Sua minuciosa análise das obras de Henri Lefebvre e Manuel Castells no que tange à teoria do espaço provavelmente é a mais bem já elaborada, mas ela apresenta alguns pontos falhos por ausência: porque Gottdiener, que retoma toda a tradição da ciência urbana de forma crítica, não analisa as concepções de estrutura urbana, centro e centralidade nos dois autores? É curioso que ele não aborde este tema, pois vale lembrar que estas foram preocupações constantes tanto em Castells como em Lefebvre (pelo menos durante os anos 1960-1970) ao ponto de para este último a centralidade ser considerada o

“essencial do fenômeno urbano” (LEFEBVRE, 2008b, p. 108). Ao focar a teoria do espaço e alguns dos seus desdobramentos em ambos autores (Estado, espaço e movimentos sociais urbanos) o autor deixa passar este debate que é fundamental no edifício teórico de ambos.

Uma pergunta ainda convém ser feita quanto a isso, ainda que a sua resposta não pertença a nossa alçada: se a centralidade enquanto elemento fundante do pensamento urbano convencional é duramente criticada pelo autor por meio das constatações empíricas de realidades urbanas policêntricas, qual seria o seu posicionamento frente à essencialidade da centralidade na teoria lefebvriana do urbano?

Obviamente que este ponto não exclui a possibilidade de serem levantados novos questionamentos sobre sua obra⁹. O nosso interesse, assim, é dar uma atenção especial a obra de Henri Lefebvre e Manuel Castells no âmbito da estrutura urbana, do centro e da centralidade. Antes de avançarmos, lembramos ainda que não é nossa pretensão esgotar o tema, uma vez que o pensamento de ambos é amplo e complexo, mas sim trazer alguns elementos para o debate da estrutura urbana, do centro e da centralidade no âmbito da teoria crítica urbana.

Estrutura urbana, centro e centralidade em Henri Lefebvre¹⁰

O filósofo e sociólogo marxista francês Henri Lefebvre foi um dos mais influentes intelectuais do século XX no que tange à problemática urbana. A leitura dos seus principais textos (LEFEBVRE, 2001, 2008a, 2008b, 2008c, 2013) atesta que a estrutura urbana não foi uma prioridade em seus estudos. Para o autor, era preciso pensar, sempre, que formas, funções e estruturas se modificaram, agindo umas sobre as outras, e que para a análise do real devem ser discernidos, mas não separados, tendo que ser tratados em pé de igualdade. Privilegiar um poderia levar a um dogmatismo: estruturalismo, funcionalismo ou formalismo. Por isso ele afirma: “no curso do desenvolvimento, formas transformam-

⁹ Um exemplo é Villaça (2009), que faz uma análise crítica do trabalho de Gottdiener, pondo-o em diálogo com Manuel Castells e discordando de alguns pontos que o autor faz sobre as transformações espaciais, principalmente em referência ao centro da cidade.

¹⁰ Este tópico é um primeiro ensaio de um texto mais amplo que está sendo escrito a respeito da questão da centralidade no pensamento de Henri Lefebvre.

se em funções e entram em estruturas que as retomam e as transformam” (LEFEBVRE, 2008a, p. 60).

Isso inviabiliza a reflexão sobre a centralidade e o centro da cidade? Sim e não. Sim, se entendermos que apenas pela construção de uma teoria ou modelo da estrutura urbana é possível desvelar os processos espaciais de transformação da cidade; não se a problemática for elevada a um plano mais amplo, em que a estrutura, a função e a forma urbanas não se separam no devir.

Com a centralidade (e o centro da cidade) é diferente; elas ocupam um lugar expressivo no pensamento de Lefebvre. Na verdade, a centralidade é uma questão chave. Em muitas passagens ele afirma que “não existe cidade, nem realidade urbana, sem um centro” (LEFEBVRE, 2008b, p. 90). A centralidade, para ele, é a qualidade essencial do fenômeno urbano (LEFEBVRE, 2008b, 2008c). Mas, diferente de outros autores – inclusive de Castells, como veremos adiante – a problemática da centralidade se resolve no plano das formas. Porém, não se reduz ao plano das formas espaciais no sentido tácito, visível – areal, quadriculada ou radiocêntrica. A forma, no sentido lefebvriano, é uma abstração que conduz ao entendimento do prático-sensível, do real, isto é, da cidade. Mais ainda, a forma é vista em dois planos: mental (simultaneidade) e social (encontro, reunião), sendo, então, a forma urbana um dos aspectos de uma “teoria das formas”¹¹, mas que exige um conteúdo: “la centralidade es, pues, una forma en sí misma vacía pero que apela a un contenido: objetos, seres naturales, gentes, actos, situaciones, relaciones prácticas” (LEFEBVRE, 2013, p. 366).

Se fôssemos pensar uma ideia de estrutura urbana em termos mais simples (centro, subcentros, áreas comerciais e industriais) ou em termos mais complexos, como no caso da elaboração de Manuel Castells, o mais próximo que o pensamento lefebvriano se aproximaria de tal construção seria por meio da contradição centro-periferia (teórica e prática). Embora possa parecer uma estrutura simples – e é assim que ela tem sido analisada, principalmente devido ao surgimento das chamadas “novas áreas

¹¹ Para saber mais sobre a teoria das formas em Lefebvre, ver Oliveira e Moraes (1996).

centrais”, “novos centros” e ainda “novas centralidades” – ela não o é. Em verdade, ela é complexa¹², não porque exprime uma oposição básica ou uma dicotomia, mas porque revela as contradições do espaço: “se existem contradições do espaço, elas aparecem também nesse nível, e a centralidade não pode se declarar, se afirmar, se colocar sem problemas” (LEFEBVRE, 2008c, p. 69), pois “la contradicción ‘centro-periferia’ deriva de la contradicción entre la globalidad y lo parcelario” (LEFEBVRE, 2013, p. 388). Como tal, a centralidade só pode ser entendida por meio do método dialético. Como ele afirmou, “quien dice ‘espacialidad urbana’, dice asimismo centro y centralidad, actual o posible, saturada, quebrada, acosada, poco importa cómo, lo importante es que se trata de una centralidad dialéctica” (LEFEBVRE, 2013, p. 156 – grifo do autor).

Pensando com o método dialético, Lefebvre expõe a sua tese, que na verdade fez parte do conjunto teórico elaborado por ele para se chegar ao conceito de produção do espaço.

[...] cada época suscitou (produziu) sua própria centralidade: centro político, comercial religioso, etc. Atualmente, a centralização se quer total. Ela concentra a riquezas, o poder, os meios de poder, a informação, o conhecimento, a “cultura”. Numa palavra: tudo. Todavia, as centralidades sempre perecem e desaparecem, seja por excesso (noutros termos, por “saturação”), seja por falta, ou incapacidade, de atrair tal “elemento”, seja, enfim, por um assalto dos excluídos, dos rejeitados para as periferias (LEFEBVRE, 2008c, p. 124).

Tal como “toda sociedade produz ‘seu’ espaço, ou, caso se prefira, cada sociedade produz ‘um’ espaço” (LEFEBVRE, 2008c, p. 55), cada sociedade também produziu a sua centralidade.

O desenvolvimento histórico da cidade foi acompanhado do deslocamento da centralidade, da saturação do centro, da implosão-explosão da cidade, sobretudo no modo de produção capitalista, de onde o urbano emerge.

¹² “La relación ‘centralidade-periferia’ es, pues, altamente compleja. Pone en juego la lógica y la dialéctica en su doble determinación. Si se parte de la lógica formal o aplicada)se tende a dejar de lado la dialéctica, aunque no se llegue nunca hasta el punto de eliminar las contradicciones. Si por el contrario e parte de la dialéctica, de la teoría de las contradicciones, se termina por subestimar la lógica, la coherencia y la cohesión. No es posible prescindir de ninguna de las aproximaciones” (LEFEBVRE, 2013, p. 367).

Em Lefebvre (2008b) a temática da “policentralidade” já é esboçada. Se de um lado há a tendência da centralidade “através dos modos de produção”, por outro lado, se manifesta a tendência da policentralidade, “à oniscencialidade, a ruptura do centro”, que se orienta na constituição de centros diferentes, seja para a dispersão e para a segregação (LEFEBVRE, 2008b, p. 110).

Esta policentralidade, é importante ressaltar, se dá de forma parcial e móvel com a “dispersão” do centro (LEFEBVRE, 2008b). E se no capitalismo o centro comercial¹³ (nível da cidade) e o centro de decisão (nível da rede urbana) são as expressões de centralidade, esta centralidade no “neocapitalismo” se dá por meio da separação, da segregação, que só pode ser superada por meio da “revolução urbana”, do “direito à cidade” que, ao fim e ao cabo, é o direito à centralidade, mas não à centralidade que está aí a nossa volta, mas a “centralidade renovada, aos locais de encontro e de trocas, aos ritmos de vida e empregos do tempo que permitem o uso pleno e inteiro desses momentos e locais” (LEFEBVRE, 2008a, p. 139).

Este direito à centralidade renovada, no âmbito de um espaço urbano diferencial, vai além da segregação, pois ele reúne as diferenças. Então, quando o autor argumenta que “uma lei do futuro da cidade será a policentralidade, a multiplicação dos centros, sua diversificação, mas a conservação da ideia do Centro” (LEFEBVRE, 1986, p. 19 – tradução nossa)¹⁴ ele tem em mente a ideia de direito à cidade, momento que todos os centros – tanto o da cidade como a própria cidade – terão a apropriação acima de tudo e a proclamação e realização do reino do uso, do lúdico. Por isso, “o desaparecimento da centralidade não se impõe nem teoricamente, nem praticamente [...] [e nesta condição a] irredutibilidade do centro urbano desempenha um papel essencial na argumentação” (LEFEBVRE, 2008a, p. 75-130).

Estrutura urbana, centro e centralidade em Manuel Castells

¹³ Centro comercial aqui tem o mesmo sentido de *shopping center*. Ver, sobre “centro comercial”, Brunet *et al* (1993).

¹⁴ No original: “Un loi de l’avenir de la ville sera la polycentralité, la multiplication des centres, leur diversification, mais la conservation de l’idée de Centre” (LEFEBVRE, 1986, p. 19).

Segundo Villaza (2009), Manuel Castells foi o único dos autores (marxistas) contemporâneos que propôs uma teoria abrangente do espaço intra-urbano. Ex-aluno de Henri Lefebvre e crítico do seu pensamento, Castells explorou em diversos textos a discussão a respeito da estrutura, do centro e da centralidade, sobretudo estes últimos (CASTELLS, 1979a [1969], 1979b, 1988, 2000 [1972]). Sua perspectiva mudou após a escrita e publicação “d'A questão urbana” – tendo o autor escrito um posfácio em 1975 reconhecendo equívocos de sua abordagem – sendo preciso levar isso em conta na análise. Entretanto, alguns dos elementos estão postulados em um e em outro dos trabalhos, sendo necessário articulá-los nos diferentes textos.

No seu primeiro trabalho, que visava construir um direcionamento para as pesquisas em torno do centro urbano, a abordagem é, segundo ele mesmo, excessivamente historicista¹⁵, embora o estruturalismo já estivesse presente, como pode ser observado em algumas de suas formulações. Este texto, de 1969 (CASTELLS, 1979a) é posteriormente incorporado em sua quase totalidade no clássico “A questão urbana”¹⁶, mas sob outro viés: o materialismo histórico de corte althusseriano, isto é, estruturalista¹⁷.

A estrutura urbana tem para Castells (1979c, p. 141) o sentido de “organização relativamente estável dos elementos básicos de uma unidade urbana, regida por uma lei determinada”. Estes elementos da estrutura urbana, vale destacar, não são materiais, isto é, formas espaciais materiais, ainda que se manifestem em espaços específicos¹⁸ – voltaremos a isto mais adiante no caso do centro –, mas, sinteticamente, dividem-se em quatro sistemas: o sistema econômico, o sistema político, o sistema da simbólica urbana e a centralidade (noção de centro), que articulam, cada um da sua maneira, os

¹⁵ Posição assumida pelo autor no prefácio do livro *Problemas de investigação em sociologia urbana* (1979).

¹⁶ Tourinho (2004) analisou o tema aqui abordado no pensamento de Castells de forma muito pertinente, mas se restringiu apenas aos textos de 1969 e 1972. Segundo a autora, os dois textos são exatamente iguais, com algumas diferenças: a substituição de “noção de centro” por “centralidade”; a supressão de um histórico que aparece somente no texto de 1969 (1979); a eliminação da ideia de “centro inovador” em favor da de centro como “meio de ação e reação”.

¹⁷ Ver sobre isso Gottdiener (2010) e Harloe (1989 [1979]).

¹⁸ Os elementos da estrutura urbana P, C, T, G não são materiais, mas se manifestam materialmente na cidade. Os espaços concretos que são a manifestação material os elementos da estrutura urbana são os seguintes: no elemento P (Produção), ex: a indústria, os escritórios; o elemento C (Consumo), ex: a residência, as instalações coletivas; o elemento T (Troca), ex: a circulação e o comércio; e o elemento G (Gestão), ex: a gestão municipal e os planos de urbanismo (CASTELLS, 2000, p. 194). Ademais, o elemento P é o “elemento dominante da estrutura espacial” (CASTELLS, 2000, p. 220).

processos de produção, consumo, intercâmbio (troca) e gestão no âmbito das instâncias da estrutura social (o econômico, político e o ideológico) (CASTELLS, 1979, 2000 [1972]).

Para produzir sua concepção de centro, Castells parte da análise das teorias do espaço que fundamentam a ideia de estrutura urbana. As críticas feitas à ecologia humana e sua “determinação natural” e “a base cultural” levaram Castells (2000, p. 188) a fazer o seguinte questionamento: “é organização do espaço determinada pela ação dos homens guiados por orientações culturais”? Sua crítica, então, ataca a ideia segundo a qual os homens, por meio dos comportamentos e valores – que seria uma perspectiva historicista – criam as formas sociais, entre elas o espaço. E como a estrutura urbana faz parte da teoria do espaço, e se este é uma expressão da estrutura social, resultado das articulações entre os sistemas econômico, político e ideológico, mas que é “determinada, em última instância, pela lei do modo de produção” (CASTELLS, 2000, p. 195), é lícito aceitar que a estrutura urbana é, então, uma expressão, também, das leis do modo de produção e da estrutura social (figura 2). Sendo assim, depois de criticar a “análise estrutural organicista” e as descrições empiricistas, bem como a dos valores culturais e historicista, a única forma de avançar na compreensão das estruturas urbanas seria pela “realização de análises particulares de cada elemento” (CASTELLS, 1979a, p. 156), observando suas tendências de transformações e articulações com outros elementos da estrutura urbana. É aqui, então, que o centro passa a ser foco do autor.

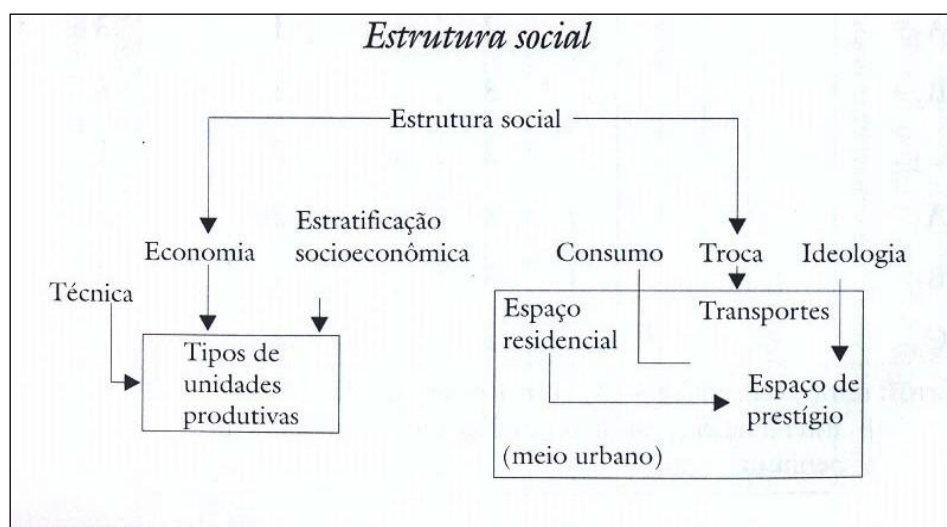


Figura 2. Estrutura social e os quatro elementos da estrutura urbana segundo Manuel Castells

Fonte: Castells (2000, p. 220).

Seguindo os pressupostos críticos esboçados anteriormente, o centro, então, “há que ser definido em relação ao conjunto da estrutura urbana” (CASTELLS, 1979a, p. 187). Tal como o espaço, o centro é considerado como produto social, expressão da estrutura social e de sua dinâmica interna, conclusão que o autor chega após propor que inicialmente sejam distinguidos “o centro enquanto noção” e “o centro no âmbito da aglomeração urbana”, para posteriormente discutir três categorias (noções) de centro: a) no urbanismo (integrador e hierarquizado); b) na ecologia urbana (intercâmbio e coordenação); c) e como um gênero literário (lúdico). Estas noções chegam a se materializar no espaço, mas não apenas em si, e sim como resultado de um processo social (CASTELLS, 1979a, p. 184 e segs.). A marca do pensamento marxista vinculada ao estruturalismo althusseriano – ainda que o autor se autodenomine “historicista” – já pode ser encontrada quando ele afirma que “devemos estabelecer uma fronteira, um ponto de ruptura entre o espaço concreto e o elemento ‘centro’ da estrutura urbana” (CASTELLS, 1979a, p. 187). Assim, após elaborar toda uma discussão teórica quanto a isto, ele faz uma aplicação na região de Paris.

Se para Lefebvre, como vimos anteriormente, a centralidade é resolvida no plano das formas (mental e social), para Castells a centralidade é resolvida no plano das estruturas, articulada com os demais elementos da estrutura urbana e social.

Nos seus trabalhos escritos após o fervoroso debate suscitado pela questão urbana, o tema do centro e da centralidade é retomado de forma central em outros dois trabalhos (CASTELLS, 1979a, 1988), mas de uma forma um pouco diferente. Se no posfácio “d’A questão urbana” ele reconhece que tal livro apresenta “as mais sérias dificuldades”, ele ainda parece resguardar alguns dos elementos deste trabalho, mas sem a “ortodoxia” da aplicação estruturalista no entendimento do urbano ¹⁹.

Neste trabalho, a ideia de concentração no espaço, isto é, de aglomeração no “espaço físico” da cidade, já é mais amplamente usada pelo autor, que define a centralidade a partir de vários processos: a) divisão do trabalho, b) concentração de poder, c) acessibilidade e d) hierarquização simbólica. Assim,

¹⁹ Em Castells (1979b) ele faz referência a texto de 1969, mas em Castells (1988) nenhuma referência é feita nem ao texto de 1969 nem “A questão urbana”, de 1972.

já se percebe uma relativização do seu esquema do livro de 1972, que era mais rígido. Além do mais, estes elementos, materializados na estrutura espacial das cidades, ajudam a identificar os preços do solo, que “son los que van a expresar la centralidad y la periferia urbana” (CASTELLS, 1979b, p. 231). Ou seja, se nos trabalhos da virada dos anos 1960-1970 o autor enfatiza a necessária ruptura entre a noção de centro (leia-se centralidade) e o centro enquanto espaço da cidade, uma vez que era necessário “estabelecer claramente a diferença existente entre a noção de centro e as imagens de ocupação que o espaço evoca” (CASTELLS, 1979a, p. 187), no final da mesma década já é perceptível uma certa correspondência entre as dimensões conceitual e sua manifestação empírica na cidade, isto é, os “centros urbanos”, que “son la expresión de esta necesaria coordinación de las actividades y categorías sociales en su dimensión espacial” (CASTELLS, 1979b, p. 230).

Quase dez anos depois, outro artigo é publicado enfocando a relação entre centralidade e inovação tecnológica. Neste ele define a centralidade como a “combinação de vários processos sociais no espaço [econômicos, políticos, simbólicos]. Não há uma centralidade, mas um conjunto de processos que a definem” (CASTELLS, 1988, p. 129), sendo que esta não é necessariamente redutível aos centros urbanos, que são espaços concretos ligados às histórias particulares de cada cidade (CASTELLS, 1988). Ainda que permaneça uma importante diferença entre o teórico e sua manifestação, ela não se dá mais no plano do marxismo estruturalista.

Uma avaliação crítica da estrutura, do centro e da centralidade na “teoria crítica urbana”

O debate entre Henri Lefebvre e Manuel Castells²⁰ – algumas vezes mais direto e outras vezes mais velado – é por demais conhecido dentro do campo dos estudos urbanos (GOTTIENNER, 2010; SOJA, 1993). Uma conclusão que parece ser óbvia é que tendo os dois autores servidos de suas teorizações da cidade e do urbano para chegarem à teorização do espaço, necessariamente as teorias da produção do espaço (que é diferente entre eles) reverberaram no entendimento do que seria a cidade e,

²⁰ De todos os trabalhos de Lefebvre acerca da cidade, do urbano e do espaço, encontramos apenas um em que ele cita Castells, que é a entrevista publicada na Espaço e Debates, n. 30, 1990. Na passagem ele afirma: “Castells não compreende o espaço, ele o coloca de lado. Sua abordagem é a de esquema marxista simplista como é o de Preteceille. Eles são muito reducionistas porque tudo o que vêem é especulação do solo, o preço do solo” (LEFEBVRE, 1990, p. 64).

por conseguinte, a estrutura urbana, o centro e a centralidade. Neste sentido, a teoria marxista-estruturalista do espaço de Castells, que buscou aplicar o modelo EPI²¹ de Althusser, se diferenciou fundamentalmente da teoria da produção do espaço de Lefebvre, que priorizava as contradições nas múltiplas dimensões da sociedade (GOTTDIENNER, 2010).

É sabido que a influência de Castells foi maior nos anos 1970 (ABREU, 1994; PRADRILLA, 1984; TOPALOV, 1988, 2013; TOURINHO, 2004), ao passo que Lefebvre foi “considerado como puramente especulativo e, portanto deploravelmente ignorado pela pesquisa urbana marxista dos anos 1970” (TOPALOV, 1988, p. 9). Podemos dizer, com isso, que as influências destes autores levaram a caminhos diferentes o pensamento sobre a cidade e a respeito da teoria crítica urbana no que tange à questão do centro da cidade e da centralidade. Atualmente, a influência de Lefebvre se faz marcante em vários estudos, enquanto a de Castells – dos trabalhos dos anos 1970 – ficou renegada como momento da construção da teoria crítica urbana em um determinado contexto histórico.

Contudo, o trabalho de Lefebvre a respeito da centralidade também vem sendo debatido, e não apenas incorporado de forma acrítica. É o caso, por exemplo, de Marchal e Stébé (2011, 2013). Segundo estes autores, Lefebvre acreditava que as cidades continuariam a ser estruturadas com base no dualismo centro-periferia, em que o centro da cidade seria o espaço dos ricos, e nele se concentrariam o poder, a informação e os bancos, e a periferia, ao contrário do centro, seria o espaço do restante da população menos abastada, como também das fábricas e armazéns. Visando eliminar o dualismo centro-periferia, Lefebvre teria criado o conceito de centralidade, para se referir ao direito à cidade como direito ao centro da cidade, em que todos teriam direito ao que o de melhor a vida urbana poderia oferecer (MARCHAL; STÉBÉ, 2011).

A crítica dos autores vai em direção que a centralidade almejada por Lefebvre nunca se realizou, tendo as desigualdades entre centro e periferia persistidos. Assim, os autores destacam que a cidade, atualmente, é composta por uma “multiplicidade de centralidades”, resultados daquilo que Lefebvre denominou de “explosão” da cidade. Neste sentido, a hipótese dos autores é que “na sociedade urbana

²¹ Por extenso, Economia, Política e Ideologia.

de hoje, os moradores de conjuntos habitacionais suburbanos escolhem onde viver não por causa da CENTRALIDADE, conforme definido por Lefebvre, mas por causa de CENTRALIDADES que surgiram em toda parte nesta ‘sociedade urbana’ dispersa” (MARCHAL; STÉBÉ, 2011, on line – grifos do autor)²². Após analisarem a vida nos subúrbios da cidade de Nancy, na França, os autores concluem que a centralidade na atual sociedade urbana não está apenas no centro da cidade, como pensava Lefebvre, mas está espalhada em vários nichos urbanos que estão situados longe do centro da cidade (MARCHAL; SETÉBÉ, 2011, online).

Avaliar se essas críticas que tem sido feita ao pensamento lefebvriano são pertinentes não nos interessa neste momento. O que importa, mais do que isso, é atentar para o fato de que as questões relacionadas à estrutura urbana, ao centro e a centralidade nos diversos autores, bem como ao crescimento das cidades no capitalismo e o próprio conceito de “direito à cidade”²³, estão sendo debatidas, criticadas, reconceitualizadas, como deve ser no âmbito da “teoria crítica urbana”.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O debate no campo dos estudos urbanos sobre o centro, a centralidade e a estrutura(ção) urbana é longo, tendo início na década de 1920 pela chamada “Escola de Chicago”. Depois de debater criticamente desde os seus fundamentos teóricos, metodológicos e epistemológicos, sobretudo após os anos 1960-1970, a chamada “teoria crítica urbana” avança na direção da construção de uma perspectiva que tem como horizonte não só o entendimento do real tal qual como se apresenta, mas principalmente visando a sua transformação. Esta crítica, no entanto, não nos autoriza descartá-la em sua plenitude. Suas limitações enquanto conhecimento devem ser esclarecidas, como, aliás, já foram, mas o conhecimento é um processo em que o anterior não pode, jamais, ser eliminado em sua totalidade. É como Lefebvre (1987) argumentou quando a respeito da lógica dialética não descartar a lógica formal, mas sim superá-la: “na superação, o que é superado é abolido, suprimido – num certo

²² No original: “Our theory is that in today’s urban society, the inhabitants of suburban housing estates choose where they live not because of *CENTRALITY* as defined by Lefebvre, but because of *CENTRALITIES* which have sprung up everywhere in this scattered “urban society” (MARCHAL; STÉBÉ, 2011, on line).

²³ Ver, neste caso, exemplo das discussões em Fernandes (2012), Harvey (2008b, 2012, 2014), Marcuse (2012), Marrifield (2012).

sentido. Não obstante, em outro sentido, o superado não deixa de existir, não recai no puro e simples nada; ao contrário, o superado é elevado ao nível superior” (LEFEBVRE, 1987, p. 230-231 – grifos do autor).

O próprio Castells (2000), um dos críticos mais incisivos da “teoria urbana convencional” reconheceu isto. Como ele sugeriu, é necessário opor um front teórico oposto ao front ideológico do culturalismo e do historicismo, que integra a problemática ecológica de base materialista em uma análise sociológica em que o tema central é “a ação contraditória dos agentes sociais (classes sociais), mas cujo fundamento é a trama estrutural que constitui a problemática de toda sociedade” (CASTELLS, 2000, p. 190). Um exemplo, no Brasil, de que isto foi feito é o trabalho de Villaça (2009), que por vezes recorre à “teoria dos setores” de Hoyt para ajudar na explicação a estruturação das metrópoles brasileiras.

Portanto, é um equívoco entender que a ciência urbana convencional tratou o centro como fixo e a estrutura como um já dado, e oposto a isto o pensamento crítico da ciência urbana passou a falar de estruturação. Mais do que uma bipolarização, o que há, na verdade, é uma descontinuidade e superação do pensamento urbano convencional. É este o erro que Silva (2001) cai quando analisa o centro e a centralidade no pensamento da “estrutura” (ciência urbana convencional) e no pensamento da “estruturação” (teoria crítica urbana). Silva parte de uma separação arbitrária – uma dicotomia? – quanto à identificação da ideia de estrutura urbana na Escola de Chicago e na Escola Francesa. Mas do que serem um dado que está fixo no território, o centro e a estrutura são produtos, não são dados. O problema reside, então, nas forças que produzem o centro e a estrutura, que são forças naturalizadas, biofísicas, isto é, são os processos ecológicos que produzem a cidade e, por conseguinte, o centro, e não forças sociais, isto é, um espaço produzido socialmente, tal qual argumentaram Lefebvre, Castells, Harvey, Soja, Brenner, Gottdiener, ainda que cada um de forma particular e enfocado dimensões às vezes complementares e por vezes contraditórias.

Além do mais, se na Escola de Chicago, o centro é considerado como fixo, o centro na ciência urbana crítica é considerado como móvel? Ele sai do lugar? Ele se desloca, como propôs Villaça (2009), ideia

essa criticada por Tourinho (2004)? Ou o que se desloca é, na verdade, a centralidade, que não se confunde com a forma, embora se manifeste nela?

Estes são temas e discussões que ainda permeiam os estudos urbanos e podemos nos arriscar a dizer que ainda estão longe de serem esgotados. É sabido que a teoria convencional foi duramente criticada, e isto fez parte de todo um contexto histórico-geográfico que envolveram contestações da ordem até então vigente, manifestações políticas e sociais questionando o próprio modo de produção, e estes eventos coadunaram com a própria elaboração crítica da teoria urbana.

É fundamental entendermos que a teoria urbana crítica é também um processo, isto é, está em construção permanente, sempre buscando entender a dimensão urbana no contexto das transformações da sociedade e em múltiplas escalas geográficas. A atenção, neste sentido, precisa ser dada aos processos socioespaciais, não deixando de lado as formas, as descrições, mas incorporando-as e indo além delas, pois como nos lembra Brenner (2013, p. 56), “la teoría urbana debe priorizar la investigación de esencias constitutivas, es decir, los procesos através de los cuales se generan los heterogéneos paisajes del capitalismo moderno”.

REFERÊNCIAS

BRENNER, Neil. Tesis sobre la urbanización planetaria. Nueva Sociedad, n. 243, p. 38-66, 2013.

_____. O que é teoria crítica urbana? E-metrópolis, Rio de Janeiro, v. 1, n. 3, p. 20-30, 2010.

BRUNET, Roger. Centre commercial. In: BRUNET, Roger et al. Les mots de la géographie: dictionnaire critique. 3 ed. Montpellier-Paris: RECLUS, 1993. p. 96.

BURGESS, Ernest W. O crescimento da cidade: introdução a um projeto de pesquisa. In: PIERSON, Donald (Org). Estudos de Ecologia Humana. Leituras de Sociologia e Antropologia Social. São Paulo: Martins Fontes, 1948 [1925]. p. 353-368.

CASTELLS, Manuel. A questão urbana. São Paulo: Paz e terra, 2000 [1972].

_____. O centro urbano. In: _____. Problemas de investigação em sociologia urbana. Lisboa: Presença, 1979a [1971]. p. 181-208. Publicado originalmente em 1969.

_____. La intervención administrativa en los centros urbanos de las grandes ciudades. Papeers: Revista de Sociologia, Barcelona, n. 11, p. 227-250, 1979b.

_____. Innovation technologique et centralité urbaine. Cahiers de Recherche Sociologique, v. 6, n. 2, p. 27-36, 1988.

FARRET, Ricardo L. Paradigmas da estruturação do espaço residencial intra-urbano. In: GONZÁLES, Suely Franco Netto et al. (Org). O espaço da cidade: contribuições à análise urbana. São Paulo: Projeto, 1985. p. 73-90.

FERNANDES, Edésio. la construcción del "derecho a la ciudad" en Brasil. In: RENGIFO, Mauricio Rengi-fo; PANILLA, Juan Felipe Pinilla (coord.). La ciudad y el derecho: una introducción al derecho urbano contemporáneo. Bogotá: Universidad de los Andes, Facultad de Derecho - Editorial Temis, 2012. p. 494-518.

GOTTDIENER, Mark. A produção social do espaço urbano. 2 ed. São Paulo: Edusp, 2010.

_____. Teoria da crise e reestruturação sócio-espacial: O caso dos Estados Unidos. In: VALLARADES, Lícia; PRETECEILLE, Edmond. Reestruturação urbana: tendências e desafios. São Paulo: Nobel/UFRJ, 1990. p. 59-78.

GOTTDIENER, Mark; FEAGIN, Joe. Uma mudança de paradigma em sociologia urbana. Espaço e Debates, São Paulo, n. 28, p. 44-58, 1989.

GURVITCH, Georges. As "Estruturas" em sociologia. In: BASTID, Roger (Org). Usos e sentidos do termo "Estrutura". São Paulo: Edusp, 1971. p. 109-124.

HARLOE, Michel. Marxismo, Estado e a questão urbana: notas críticas a duas recentes teorias francesas. Espaço e Debates, São Paulo, v. 9, n. 28, p. 80-100, 1989 [1979].

HARRIS, Chauncy; ULLMAN, Edward. A natureza das cidades. Cidades, Presidente Prudente, v. 2, n. 3, p. 145-163, 2005.

_____. The nature of cities. In: MAYER, Harold M; KOHN, Clyde F. Readings in urban geography, Chicago, The University of Chicago Press, 1959. p. 277-286).

HARVEY, David. A visão de Henri Lefebvre. In: _____. Cidades rebeldes: do direito à cidade à revolução urbana. São Paulo: Martins Fontes, 2014. p. 9-24.

_____. O direito à cidade. Lutas Sociais, São Paulo, n. 29, p.73-89, jul./dez. 2012.

_____. A condição pós-moderna. 17 ed. São Paulo: Loyola, 2008a.

_____. El derecho a la ciudad. New Left Review, n. 53, p. 23-39, 2008b.

_____. A justiça social e a cidade. São Paulo: Hucitec, 1980 [1973].

HOLLINGSHEAD, August B. Organização Ecológica. In: PIERSON, Donald (org). Estudos de Ecologia Humana. Leituras de Sociologia e Antropologia Social. São Paulo: Martins Fontes, 1948 [1939]. p. 235-262.

JOHNSON, James H. Geografia urbana. Barcelona: Oikos-tau. 1974. p. 153-176.

KOZEN, Lucas Pizzolatto. A mudança e paradigma em sociologia urbana: do paradigma ecológico ao socioespacial. Revista de Ciências Humanas, Florianópolis, v, 45, n. 1 - p. 79-99, 2011.

LABASSE, Jean. Signification et avenir des centres. Revue Urbanisme, Paris, n. 129-121, p. 9-17, 1970.

LEFEBVRE, Henri. La producción del espacio. Madrid: Capitán Swing, 2013 [1974].

_____. O direito à cidade. 5 ed. São Paulo: Centauro, 2008a [1968].

- _____. A revolução urbana. Belo Horizonte: EdUFMG, 2008b [1970].
- _____. Espaço e Política. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2008c [1972].
- _____. A cidade do capital. Rio de Janeiro: DP&A, 2001.
- _____. Entrevista: conversa com Henri Lefebvre. Trad. Manuel Rolando Berríos. Espaço e Debates, n. 30, p. 61-69, 1990.
- _____. Reflexões sobre o estruturalismo e a história. In: ESCOBAR, Carlos Henrique (Org). O método estruturalista. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1967. p. 80-103.
- _____. A Produção do Espaço. Trad. Grupo "As (im)possibilidades do urbano na metrópole contemporânea. Do núcleo de Geografia urbana da UFMG (do original: La producción de l' espace, 4ª ed. Paris: Éditions Anthropos, 2000). Primeira versão início de 2006.
- _____. Hors du centre, point de salut? Espaces Temps, n. 33, 1986. Voyage au centre de la ville. Éloge de l'urbanité. p. 17-19.
- McKENZIE, Roderick D. O âmbito da ecologia humana. Cidades, Presidente Prudente, v. 2, n. 4, p. 341-353, 2005 [1926].
- MARCUSE, Peter. ¿Qué derecho para qué ciudad en Lefebvre? URBAN, Madrid, n. 2, p. 17-21, 2012.
- MARCHAL, Hervé; STÉBÉ, Jean Marc. Repenser la centralité: l'exemple d'une ville moyenne française. Sociologie et sociétés, v. 45, n. 2, p. 111-128, 2013.
- _____. De la ville à urbain émietée: au-delà du dualisme centre-periphérie. Communication European Sociological Association 10th Conference, Geneva, Switzerland, 8th septembre 2011. Disponível em: http://www.sociologieurbaine.fr/?page_id=283. Acesso em: 25 mar. 2014.
- MARRIFIELD, Andy. El derecho a la ciudad y más allá: notas sobre una reconceptualización lefebvriana. URBAN, Madrid, n. 2, p. 101-110, 2012.
- OLIVEIRA, Bernadete A. C. de Castro; MORAES, Carmen Sylvia Vidigal. A teoria das formas em Lefebvre. In: MARTINS, José de Souza (Org.). Henri Lefebvre e o retorno à dialética. São Paulo: Hucitec, 1996.
- PARK, Robert Ezra. La ciudad, fenómeno natural. In: _____. La ciudad y otros ensayos de Ecología Urbana. Barcelona: Ediciones del Serbal, 1999. p. 141-148.
- PRADILLA, Emílio. Introducción. In: _____. Contribuição a la crítica de la "Teoría Urbana": del "espacio" a la "crisis urbana". México: Universidad Autónoma Metropolitana, 1984. p. 8-27.
- SILVA, William Ribeiro. Centro e centralidade: uma discussão conceitual. Formação, Presidente Prudente, n. 8, p. 107-115, 2001.
- SOJA, Edward W. Geografias pós-modernas: a reafirmação do espaço na teoria social crítica. Rio de Janeiro: Zahar, 1993 [1989].
- SPOSITO, Maria Encarnação Beltão. Cidades médias: reestruturação das cidades e reestruturação urbana. In: _____. (Org.). Cidades médias: espaços em transição. São Paulo: Expressão Popular, 2007, p. 233-253.
- _____. O Chão em pedaços: urbanização, economia e cidades no Estado de São Paulo. 2004. 508 p. Tese (Livre Docência em Geografia) – Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente.

TOPALOV, Christian. A ciência e a cidade: entrevista com Christian Topalov. E-metrópolis, Rio de Janeiro, v. 4, n. 13, p. 48-57, 2013.

_____. Para um historicismo reflexivo na história das ciências: o caso da "Escola de Chicago" na Sociologia. URBANA: Revista Eletrônica do Centro Interdisciplinar de Estudos sobre a Cidade, Campinas, v. 2, n. 2, p. 1-10, 2007.

_____. Fazer a história da pesquisa urbana: a experiência francesa desde 1965. Espaço & Debates, São Paulo, n. 23, p. 5-30, 1988.

TOURINHO, Andréa de Oliveira. Do Centro aos centros: bases teórico-conceituais para estudo da centralidade em São Paulo. 2004. 438f. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo), Centro de Pós-graduação, Estruturas Ambientais Urbanas, Universidade de São Paulo, São Paulo.

VILLAÇA, Flávio. Espaço intra-urbano no Brasil. 2 ed. São Paulo: Studio Nobel, 2009 [1998].